

Os “terroristas”: retratos da luta armada no Brasil, 1964-1974

Camila de Jesus Silva¹

Resumo: Este artigo visa fazer um recorte no processo da Ditadura Militar brasileira, de 1964 a 1984, retratando a dimensão política, econômica e social que permeava toda a sociedade brasileira desse momento. Tal recorte focaliza a luta armada, que foi a opção tomada pela maior parte das organizações de esquerda que se opunham ao regime, que também vislumbravam o ideal socialista, a partir de 1968, com o AI-5.

Palavras-chave: Ditadura Militar, luta armada, organizações de esquerda.

Abstract: This article aims to make an indentation in the process of the Brazilian military dictatorship, from 1964 to 1984, depicting the political dimension, economic and social that permeated all of Brazilian society that moment. This cut focuses on the armed struggle, which was the option taken by most left-wing organizations that opposed the regime, which also envisioned the socialist ideal, since 1968, with the AI-5.

Keywords: military dictatorship, the armed struggle, leftist organizations.

1. O contexto histórico, político-econômico e social brasileiro durante a Ditadura Militar de 1964

O intervalo de tempo entre 1946 e 1964, representou uma etapa de grande transformação econômica e social, no país, gerando a necessidade de alterações profundas, necessidade burguesa, no comportamento e forma de pensar de toda a sociedade brasileira, independente do regime a ser adotado, como por exemplo, um regime militar autoritário, de cunho fascista, como o que ocorreu após 1964 (EVARISTO, 1986, p. 56).

Na história do país, desde que foram criadas as organizações militares, para defender interesses do estado, as mesmas se rebelaram, deixando de fazer apenas suas funções iniciais, interferindo em assuntos políticos, de acordo com os posicionamentos de sua elite. Assim fizeram através dos Golpes Militares (EVARISTO, 1986, p. 53).

O vice-presidente de Jânio Quadros, que havia renunciado em 1961, João Goulart, era apontado como radical pela alta hierarquia das Forças Armadas, sendo considerado como principal herdeiro do nacionalismo getulista da década de 50. Então, três ministros militares tentaram impedir sua posse. Contra isso, levantou-se grande movimentação popular, no país, além da pressão feita pelo governador Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul. Os militares recuaram, mas resolveram estabelecer um sistema que retirasse poderes ao presidente (EVARISTO, 1986, p.57).

Em 1962, a queda do crescimento econômico nacional, deixou claro que a economia brasileira entrava em na fase de crise cíclica, deixando o ano de 63 com uma taxa de crescimento, praticamente nula. O modelo de substituição de importações mostrou-se superficial, pois a superprodução nacional não era escoada. Houve o decréscimo dos investimentos estrangeiros, estatais e o capital privado nacional, piorando o estado de inflação, que já vinha se arrastando. Além da inflação, o país sofria com o endividamento externo, se submetendo a pressões do FMI (GORENDER, 1987, p. 41-42).

Os anos de 1962, 1963 e 1964 foram marcados pela ebulição de uma série de lutas populares e greves. Quando João Goulart conseguiu derrubar o parlamento, através de um

¹ Bacharel de História da Universidade Federal de Goiás (UFG).

plebiscito popular, foi o momento em que as lutas por reformas estruturais, também chamadas de “Reformas de Base”, aceleraram vertiginosamente (EVARISTO, 1986, p. 57).

É um período de forte inflação, mas os trabalhadores conseguem reajustes dos salários, equivalente ao custo de vida. Também propunham uma alteração no sistema sindical, vigente desde Vargas, transformando-o em uma central sindical. No meio rural, são criadas as Ligas Camponesas, causando pânico nos fazendeiros, que temiam uma reforma agrária (EVARISTO, 1986, p. 58).

As classes médias urbanas anseiam por maior participação na política e economia e do país, e optam pelas lutas de cunho nacionalista antiimperialista. Pedem por melhoras na educação, pela Reforma Agrária e pela contenção dos lucros da alta burguesia e pela diminuição da dívida externa, contrapondo a balança comercial completamente desfavorável para o Brasil. As tendências nacionalistas também crescem no congresso nacional (EVARISTO, 1986, p.58).

Essa reação nacionalista, na maior parte das lutas de base, começa a preocupar a nação que seria a mais prejudicada, os Estados Unidos. Logo, as Forças Armadas são altamente influenciadas, pela CIA, a intervirem no âmbito nacional, de acordo a conterem o avanço popular sobre a política e cultura, em troca de armamento e outros auxílios. Foram propostas mais que tentadoras, para as Forças Armadas, já que pretendiam, desde o início, derrubar o presidente e agir de acordo com seus interesses (EVARISTO, 1986, p. 58).

As crises políticas começam a ficar insustentáveis. As lutas, pelas reformas de base, penetram também nas bases militares. Após o comício de 13 de março, comandado por Goulart, que concentrou mais de 200 mil pessoas em frente a uma estação ferroviária, do Rio de Janeiro, os generais decidem marcar data para a intervenção (EVARISTO, 1986, p59).

A princípio, as classes médias lutaram por reformas de base, de características antiimperialistas. Entretanto, o que elas mais temiam, assim como grandes fazendeiros e a burguesia industrial, era o comunismo. Nesse sentido, todos foram favoráveis e apoiaram o regime militar, inclusive a igreja católica, especialmente sua alta hierarquia (EVARISTO, 1986, p.59).

O estopim é aceso quando marinheiros e fuzileiros navais se reúnem no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio, nos últimos dias de março. Em 1º de abril, de 1964, o golpe tem êxito, praticamente sem resistência, pois não havia forma de o povo lutar contra a força das armas. Eis o momento de o país entrar em profundas transformações (EVARISTO, 1986, p. 59).

De 1964 ao início do novo ciclo expansivo de 1968, foram geradas as condições econômicas, sociais e políticas, para o novo salto no processo de desenvolvimento nacional, chamado “milagre brasileiro”. Tentavam conter a crise por meio de uma recessão calculada, através da subordinação do trabalho ao capital (MACIEL, 2004, p. 38).

Primeiramente, aprofundou-se o processo de subordinação do trabalho ao capital, através de uma política extremamente repressiva sobre os trabalhadores, a fim de impor uma contensão salarial. O direito de greve foi limitado, foi estimulada a rotatividade nas empresas, o que contribuía mais para o rebaixamento do valor da força de trabalho (MACIEL, 2004, p. 38).

Em seguida, o estado efetuou um papel intervencionista desenvolvimentista, não chocando com o caráter dependente associado do capitalismo nacional. A ação do estado estava a serviço da acumulação privada, em associação ao capital externo, não em função de um projeto nacionalista e distribuidor de renda. O governo militar submeteu o Tesouro Nacional aos interesses do capital financeiro geral e da iniciativa privada, a fim de garantir os lucros da mesma. Entretanto, a capacidade de financiamento, por parte do estado, se esgota nos anos 1970/80 em combinação à retração do investimento externo, criando um dos fatores mais graves de estrangulamento do padrão de acumulação, contribuindo para sua crise (MACIEL, 2004, p. 39-40).

Após o golpe, ocorreram as chamadas “ações saneadoras”, prisões cassações e oposições variadas – sindicalistas, governadores estaduais, militantes de esquerda e militares que apoiavam o governo Goulart ou que se opunham ao novo regime – abrindo inquéritos policiais militares (IPMs) que investigavam atos de corrupção e subversão. “No momento do golpe, as forças sociais derrotadas foram realmente o conjunto dos trabalhadores e seus aliados, o operariado urbano e os trabalhadores assalariados das cidades, incluindo as camadas baixas da classe média, o campesinato pobre e os trabalhadores rurais” (MACIEL, 2004, p. 42-44).

Havia uma crise entre o congresso nacional e o tipo de regime que se instaurava no país. Isso nos mostra as contradições e o descontentamento entre vários setores das classes dominantes. Esse impasse foi resolvido com o Ato Institucional número 2 (AI-2), que fortaleceu a intervenção do poder Executivo de Castelo Branco, praticamente anulando a representação burocrática e moderadora do Legislativo. Esse ato estabeleceu eleições indiretas para presidente e governadores, extinguiu os demais partidos existentes, ampliou os poderes presidenciais, podendo o mesmo interferir também no poder Judiciário. De 1965 a 1966 os partidos políticos praticamente se limitaram a dois: a Arena, representando o governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição, que apenas existia para legitimar o poder nas mãos da Arena. Dessa forma, o estado fechou-se totalmente para as demandas das classes subalternas, sufocando-as (MACIEL, 2004, p. 47-50).

Em 1967, Costa e Silva substituiu Castelo Branco no governo militar. Prometia fazer de seu governo uma continuação do governo anterior, porém recebeu amplo apoio dos oficiais de linha-dura e, ao alimentar expectativas otimistas quanto ao retorno da democracia, atraiu também o apoio do MDB e da Frente Ampla, recém fundada por Lacerda, Kubitschek e Goulart. Entretanto, tais expectativas otimistas logo serão dissipadas, com a não revisão das punições e cassações feitas no mandato anterior (MACIEL, 2004, p. 54-55).

A Frente Ampla surgiu no final de 1966, e visava a criação de uma frente política voltada para o restabelecimento da democracia. Mas tal programa não se limitava apenas à democracia, também propunha medidas nacionalistas, como uma medida econômica voltada para a ampliação do mercado interno. Essa frente política recebeu o apoio de militares, setores da ex-UDN² ligados a Lacerda, setores do ex-PSD³ ligados a Kubitschek, Goulart e setores janguistas do ex-PTB⁴, e até mesmo o clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB) (MACIEL, 2004, p. 57-58).

Tal frente política começou a enfrentar problemas com a Arena, o MDB e o movimento estudantil, que desconfiavam de suas propostas, além de ser fortemente criticada por Leonel Brizola. Ocorria uma dualidade no campo das oposições, entretanto, para que a Frente Ampla pudesse se tornar de fato um partido político, o melhor caminho era se integrar ao MDB, o que não ocorreu. Dessa forma, ela estava condenada ao fracasso político, por assumir compromisso com a democracia, contradizendo o autoritarismo instituído (MACIEL, 2004, p. 58-59).

É necessário discutir o avanço dos movimentos de oposição popular nos anos de 1967 e 1968. É certo que os estudantes estiveram a frente desses movimentos, impulsionando o movimento operário e vários segmentos das classes médias urbanas. Se tratava de um movimento radical, de propostas anti-hegemônicas, pois lutavam pelo fim da ditadura, e alguns segmentos chegavam a ver nesse processo a possibilidade de uma revolução socialista (MACIEL, 2004, p. 59).

Os estudantes iniciaram suas mobilizações em oposição aos “Acordos MEC-Usaid”, estabelecidos entre o Ministério da Educação e o governo estadunidense, que propunha

² União Democrática Nacional. Partido político conservador, criado em 1945.

³ Partido Social Democrata.

⁴ Partido Trabalhista Brasileiro.

estabelecer uma reforma no sistema educacional. Valorizando o ensino técnico profissional, tentava claramente despolitizar o ensino e esvaziar as universidades. A Lei Suplicy de Lacerda, que fechara as entidades estudantis (UNE⁵ e UEE⁶s), também já havia proibido as “atividades políticas” nas instituições de ensino. A luta contra a reforma no ensino logo se ampliou para uma luta contra o governo autoritário. Grupos clandestinos de esquerda estavam fortemente ligados a esses movimentos estudantis, o que colaborava em sua ligação com demandas políticas globais. Os estudantes desencadearam manifestações, passeatas e ocupações dos campus, que geralmente eram reprimidas com violência, pelas forças militares, o que despertou a solidariedade de vários segmentos sociais (MACIEL, 2004, p. 59-60).

O movimento operário também se mobilizou entre os anos de 1967 e 1968. Houve a tentativa de fazer ações sindicais conjuntas, afim de combater o arrocho salarial, instituído desde 1964, e o fim da estabilidade, com o FGTS. Foram fundados o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), em São Paulo, e a Frente Intersindical Antiarrocho (FIA), no Rio de Janeiro. Além das vias legais também haviam setores que se opunham às ações sindicais, influenciados por grupos e partidos de esquerda que criticavam o “reformismo” do PCB e o sindicalismo em si (MACIEL, 2004, p. 60).

Devido a problemas políticos e a forte oposição dos movimentos sociais, o governo Costa e Silva intensificou a ação repressiva, reforçando os vínculos com setores linha-dura das Forças-Armadas e do próprio governo. O processo de repressão se iniciou em março e abril de 1968, com os conflitos de rua que levaram à morte do estudante Edson Luís, no Rio de Janeiro, e o fechamento da Frente Ampla. Também sofreram as greves operárias e o movimento estudantil, com a invasão da Universidade de Brasília (UNB) e a prisão em massa dos estudantes do Congresso da UNE de Ibiúna. Era o início de uma nova etapa da institucionalidade autoritária: o AI-5 (MACIEL, 2004, p. 62).

A partir de 1968, com a decretação do Ato Institucional número 5 (AI-5), pelo Governo Militar, diante do fechamento da ditadura, a esquerda acredita que não há outra resposta possível que não fosse o combate pelas armas. A partir de então, a luta armada foi defendida e intensificada por praticamente todas as organizações de esquerda (GORENDER, 1987, p. 153).

O Congresso fora fechado e as eleições suspensas por tempo indeterminado. A sociedade civil também foi muito afetada, assim como aqueles que se manifestavam contra a ditadura: movimento estudantil; movimento sindical grevista; professores; artistas intelectuais. Entretanto, o regime voltaria mais a atenção para as organizações de esquerda que optaram pela luta armada, devido a grandes seqüestros e ações expropriatórias (MACIEL, 2004, p. 66-68).

A luta contra a esquerda armada foi encarada como alvo central, pois tais organizações se tornaram o pólo da oposição contra-hegemônica⁷ do país. Foi ampliado o sistema repressivo contra movimentos de oposição, legais e clandestinos, encabeçado pelo governo Médici. Houve o aumento dos órgãos vinculados ao serviço de informação e ao aparelho repressor além da instauração do processo de nacionalização da repressão (MACIEL, 2004, p. 69-75).

As classes dominantes já haviam demonstrado sua solidariedade ao Estado, desde o golpe, em 64, mas, após o AI-5, ela se consolidou. A ação repressiva constante, limitou cada vez mais as organizações de luta armada, pois só poderiam contar com seus próprios membros, que iam “tombando” dia após dia, com as prisões, torturas e “desaparecimentos”. Antes de 68, tais grupos já não eram muito ligados aos movimentos dos trabalhadores, o que

⁵ União Nacional dos Estudantes.

⁶ União Estadual dos Estudantes.

⁷ Um termo utilizado por David Maciel, em seu livro *A Argamassa da Ordem*. O termo se refere às atitudes contrárias ao regime hegemônico autoritário, que os militares tentavam instaurar no Brasil, após o golpe de 1964.

piorou após o AI-5. O movimento operário se limitou nos espaços dos sindicatos, atuando predominantemente numa perspectiva corporativista, ainda nos padrões do populismo (MACIEL, 2004, p. 72-76).

As organizações da luta armada, não foram derrotadas logo em 64, mas sim ao longo de todo o processo. Estavam sempre repensando e readaptando as práticas da luta política (MACIEL, 2004, p. 37). Entretanto, até 1974, devido o alto grau de violência e perseguição do regime militar, no AI-5, praticamente todas elas se extinguíram, com a maior parte de seus membros presos ou mortos, inclusive nas torturas.

Devido a todos esses fatores, até 1974, praticamente todas as organizações da luta armada, haviam sido extintas.

2. A luta armada

Desde a legalidade do PCB, de 1945 até o Golpe Militar de 1964, o partido foi a principal força de esquerda de inspiração marxista, no Brasil, influenciando o meio camponês, estudantil e campanhas antiimperialistas. As propostas de luta armada, do mesmo, praticamente ficaram no vazio, exceto em conflitos locais, como dos posseiros de Porecatu, no norte do Paraná, e de Trombas de Formoso, em Goiás, ambos sendo solucionados localmente (GORENDER, 1987, p. 20, 21, 22).

Em 1956, o informe confidencial de Khruchov ao XX Congresso do Partido Comunista da URSS, que denunciava os crimes de Stalin (parte deles), que teve sua versão divulgada pelo New York Times e por O Estado de São Paulo, atordoou todo o movimento comunista mundial, inclusive o PCB. Devido a isso, o partido verificou a necessidade de mudanças substanciais em sua direção, como condição de mudança em sua orientação política. Era urgente a elaboração de uma nova linha política (GORENDER, 1987, p.25, 26).

A nova linha política concebia a revolução brasileira em duas etapas. A primeira etapa seria a da revolução nacional e democrática, antiimperialista e antifeudal. Vencida essa etapa, passariam para a seguinte – a revolução socialista, de fato (GORENDER, 1987, p. 30).

O PCB acreditava que o melhor caminho para a revolução, seria o caminho pacífico. “O caminho pacífico se viabilizava pela nova situação internacional favorável ao socialismo e pela correlação de forças existentes no País. Sua concretização se daria na luta em favor da ampliação das liberdades democráticas e das reformas de estrutura” (GORENDER, 1987, p.30).

A opção pelo caminho pacífico causava polêmica, pois a burguesia já era classe dominante no país e era extremamente vinculada ao imperialismo. Mas o partido defendia sua vertente, focando nas chamadas reformas de base, mobilizando e aglutinando grande número de forças sociais, entre 1963 e 1964 (GORENDER, 1987, p. 31).

Durante o Governo Goulart, o PCB se defrontou com várias outras esquerdas, com novas idéias e correntes, que disputavam a preferência dos movimentos de massa e desafiavam o partido no campo do marxismo (GORENDER, 1987, p.32).

Em 1962 ocorreu a chamada Conferência Nacional Extraordinária do PC do B. Aí surgia outro partido de esquerda, resultante de divergências entre a direção do PCB, sobre a validade do stalinismo. Por duvidosa versão historiográfica, o partido defende que o mesmo foi realmente criado em 1922 e apenas “reorganizado” em 1962 (GORENDER, 1987, p.34).

A conferência aprovou um Manifesto-Programa, que tinha como objetivo principal a conquista de um governo popular revolucionário, repelindo a luta pelas reformas de base. Deveriam combater, de imediato, o imperialismo, o latifúndio e os monopólios. Tal objetivo, segundo essa vertente, não seria alcançado pelo caminho pacífico, e sim pela violência revolucionária (GORENDER, 1987, p.34).

O PC do B optou pelo alinhamento com o Partido Comunista da China. Assim o maoísmo era difundido no Brasil, influenciando outras esquerdas contra o PCB. Mas, de imediato, a cisão do partido e fundação do PC do B, não o afetaram (GORENDER, 1987, p.34).

O novo partido de esquerda manteve a concepção das etapas da revolução, indiferente à rivalidade com o PCB. Porém, surgiam outras correntes que defendiam que a revolução deveria ser feita no presente e não no futuro. A revolução não podia esperar pelo processo de etapas (GORENDER, 1987, p.34).

Os chamados grupos *trotskistas*⁸ eram um exemplo dessas correntes, reanimados em vários países após as denúncias do PCUS⁹, contra Stalin. Um dos partidos de sua representação, no Brasil, foi o POR (T)¹⁰, fundado em 1953. Os feitos da revolução cubana, também foram inspiradores para esses grupos (GORENDER, 1987, p.35).

Outra organização trotskista, unificada pelas críticas ao PCB, devido a suas teses reformistas, e inspirada em outras fontes como Rosa Luxemburg e Bukharin, foi a Organização Revolucionária Marxista, conhecida por POLOP, pela edição do periódico denominado Política Operária, feito por jovens intelectuais dos meios universitários e jornalísticos. A ORM-POLOP realizou três congressos antes do golpe militar (1961, 1963, 1964) e se difundiu no meio universitário, com maior força que o trotskismo ortodoxo. Entretanto, o que Jacob Gorenader considera uma desvantagem, não conseguiu alcançar as massas, se restringindo ao meio intelectual: se negando a participar dos movimentos pelas reformas de base e não admitindo representantes que não fossem operários. Percebiam seu isolamento, mas culpavam o movimento operário por se “intoxicar” com reformismos do PCB e das massas (GORENDER, 1987, p. 36).

A princípio, a POLOP optou pelo foquismo para contornar o trabalho com as massas e entrar em ação. Antes mesmo de 64, líderes do grupo já se simpatizavam por tal teoria. Entretanto, mais adiante ocorrerá rachas na organização, justamente por discordarem da eficácia do foquismo, no Brasil. Membros que se mantiveram no grupo, se associaram a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul, originária do PCB. Surgiu também o Partido Operário Comunista. Independente do nome, era composto, em sua maioria, por estudantes e intelectuais (GORENDER, 1987, p. 129).

Um dos principais núcleos da racha da POLOP, saiu de Minas Gerais, ganhando o nome, em 1968, de Comando de Libertação Nacional (COLINA). Se assemelhou à ALN por defender que a revolução deveria acontecer no meio rural. As cidades serviriam apenas para propaganda política, recrutamento de pessoal, expropriação de fundos e ação de imobilização do inimigo. Foi um dos poucos grupos a fazer pregação explícita a favor do terrorismo e terá presença atuante nos movimentos de massas, estudantis e operários (GORENDER, 1987, p. 129).

Também saiu de uma cisão da POLOP um outro grupo, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a princípio Organização ou apenas O, criada em dezembro de 1968. Teve participação dos movimentos operários e estudantis, dessa vez em São Paulo. Sua prática cotidiana já era, em si, um enlace entre a classe operária e os meios estudantis, pois muitos membros eram estudantes-operários, operários e filhos de operários. Assimilaram teses de vários dissidentes da POLOP e também receberam contribuições de comunistas experientes, vindos do PCB, como o metalúrgico Antônio Ubaldino Pereira e alguns estudantes do mesmo partido, como Sônia Lafoz e Fernando Borges. Com Onofre Pinto na Coordenadoria Geral, fizeram várias expropriações de grande porte e atentados (GORENDER, 1987, p. 131-132).

⁸ Grupo revolucionário, anti-Stalin, que defendia a Revolução Permanente, além dos limites da URSS.

⁹ Partido Comunista da União Soviética

¹⁰ Partido Operário Revolucionário (Trotskista)

O COLINA e a VPR tinham origens idênticas. Devido a crises, pelas quais passava o primeiro grupo, ambas as organizações se uniram, em 1969, formando a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares ou VAR- Palmares (em homenagem ao maior quilombo da história da escravidão). Em sua direção estavam: Espinosa, Lamarca, Cláudio Ribeiro, Juarez Guimarães de Brito, Maria do Carmo Brito e Carlos Alberto de Freitas (GORENDER, 1985, p. 135).

Com apenas dois meses de existência, alguns membros decidiram retomar e reconstituir a antiga VPR. Esse pequeno núcleo teve rápida expansão, pois atraía membros seduzidos pela promessa de intensificação da luta armada e a guerrilha rural. Entretanto, chegaram à conclusão da inviabilidade da luta de massas, pretendendo deixar esse contato para a segunda fase (GORENDER, 1987, p.136).

As chamadas Ligas Camponesas¹¹, adotaram a perspectiva socialista armada por influência alheia a suas experiências práticas. Até 1961, Francisco Julião defendia a proposta de legalidade. No mesmo ano, Julião visitou Cuba e retorna ao Brasil com idéias contrárias a seu discurso anterior. Passara a acreditar que, o mesmo que ocorrera na ilha, deveria ser aplicado ao restante da América Latina, colocando o camponês no centro da revolução socialista e depreciando o papel do proletariado. Os meios legais foram descartados e a opção de luta pela guerrilha, ocupou o primeiro lugar. Essa atitude influenciou toda a Liga, como o movimento camponês, em geral (GORENDER, 1987, p.38).

Criado por Julião, em 21 de abril de 1962, foi lançado em Ouro Preto o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Tal movimento, incitado pelo foquismo cubano, se orientava em direção a luta armada, fornecendo treinamento preparatório à guerrilha, em algumas fazendas adquiridas. Em edição de 4 de dezembro de 1962, o jornal *O Estado de São Paulo* noticiava a descoberta de um campo de treinamento em Dianópolis, município de Goiás, onde foram presos vários militantes, dentre eles Tarzan de Castro¹², e fizeram apreensão de armas e munições (GORENDER, 1987, p. 47, 48).

Entretanto, para Gorender, o envolvimento das Ligas Camponesas com a guerrilha, contribuiu para seu declínio, além de outros fatores, como alguns camponeses terem se transformado em assalariados rurais (GORENDER, 1987, p.48).

A juventude, dos anos 60, tinha uma série de influências internacionais, de países de predominância camponesa, que direcionavam para luta armada revolucionária: as vitórias da revolução cubana e argelina; a guerra do Vietnã contra os Estados Unidos e a revolução cultural chinesa. Alguns participantes dessas revoltas, também tentavam influenciar as juventudes dos países periféricos, como Lin-Biao, impulsor da *Revolução Cultural Chinesa* (GORENDER, 1987, p.76).

Baseados na própria experiência, escritos de Ernesto Che Guevara diziam que existiam condições objetivas que permitiriam o triunfo da revolução na América Latina, que a mesma seria continental (GORENDER, 1987, p. 80). O lugar privilegiado para isso seria o campo, onde os inimigos se veriam obrigados a dispersar forças, enquanto os revolucionários receberiam apoio dos camponeses. Surge, então, a *teoria do foco guerrilheiro*, ou *foquismo*, que influenciou o surgimento de guerrilhas em vários países latino-americanos, como Colômbia, Venezuela, Guatelama, Nicarágua, Argentina e Peru. Um mito de que a Revolução Cubana chegou a vitória pelo poder mágico de doze a dezessete sobreviventes, iniciadores da luta na Sierra Maestra a partir do nada (GORENDER, 1987, p. 76).

¹¹ Movimento existente em treze estados brasileiros, em 1961, que fazia reivindicações baseadas na concepção democrática da reforma agrária.

¹² Militante goiano que tem depoimento no livro organizado por Pinheiro Salles, *A Ditadura Militar em Goiás: Depoimentos para a História*.

Se existiam condições objetivas, também seriam necessárias as condições subjetivas, conforme o marxismo. Ou seja, a vontade de fazer a revolução por parte das forças sociais que dela se beneficiariam: as massas (GORENDER, 1987, p. 80).

Entretanto, os revolucionários cubanos ignoravam a diferença estrondosa entre Cuba e outros países, em todos os sentidos, inclusive territorial e como sua geografia estava distribuída. No momento da Revolução Cubana, o país era uma pequena ilha e a maior parte de seu território era rural. Uma realidade muito diferente da brasileira, um país extenso em seu território, com grandes territórios urbanos, como São Paulo, que influenciava, naquele momento, o êxodo rural, por necessidade de mão-de-obra barata. Realidades diferentes, incapazes de reproduzirem um tipo idêntico de camponeses rurais.

Os grupos trotskistas rejeitaram o foquismo e a estratégia chinesa da guerra popular. Se inspiravam no modelo soviético da ditadura do proletariado, sob enfoque da revolução permanente. Priorizavam as lutas do proletariado, sob o comando do partido de vanguarda, nas cidades. Defendiam o caminho armado, mas não o terrorismo e a luta armada isolada das massas (GORENDER, 1987, p. 87).

Os escritos de Gramsci, que teorizou sobre as *condições* ideológicas e institucionais da violência, nos anos 60, não tiveram a procura da esquerda. Como diz Gorender: “A esquerda radical brasileira não queria saber de condições. Procurava justificativas para a violência incondicionada.”

Com o golpe militar de 64, dirigentes e integrantes do PCB, foram perseguidos e o Comitê Central sofreu muitas perdas de documentos, por confisco dos militares. Sua direção também começou a divergir nas idéias. Na maioria dos estados, surgiram as dissidências ou correntes, que seguiam orientação política independente e recrutavam para elas mesmas, e não mais para o partido (GORENDER, 1987, p. 89)

O vazio da retração do PCB foi preenchido por novas organizações, surgidas de cisões de dentro do próprio partido. A Ação Libertadora Nacional (ALN), vinculada aos nomes de Carlos Marighella, expulso do PCB, e Câmara Ferreira, criada ao final de 1966, é considerada a mais importante da luta armada. Tal sigla substituiu o nome Agrupamento Comunista, apenas em 1968 (GORENDER, 1987, p. 94).

Através do texto *Por que resisti à prisão*, de Carlos Marighella, em 1965, põe em descrédito a opção pelo caminho pacífico e condena as ilusões do potencial revolucionário da burguesia nacional. Também exalta o campesinato como possível aliado na luta, tomando o exemplo de Cuba, mas funcionariam, apenas, como segunda frente, uma forma complementar à luta nas cidades. Inclusive, o mesmo viajou para a ilha várias vezes, encaminhando também, em 1967, 1968 e 1969, grupos que receberiam treinamento guerrilheiro. (GORENDER, 1987, p. 95).

O primeiro princípio dessa organização, contido em escritos elaborados por Marighella, em Cuba e no jornal *O Guerrilheiro*, era a ação. Tal ação significava violência revolucionária, luta armada e guerrilha. Ação que criaria tudo a partir do nada, como o mito da revolução cubana. Gorender considera que esse princípio aproximou o discurso, da organização, do pensamento anarquista, devido ao desprezo por qualquer iniciativa que não fosse vinculada a luta armada. Também seu princípio organizativo, se aproximava ao o anarquismo, pois negava direções centralizadoras e hierarquias. A organização deveria se compor em grupos, como inteira independência de ação, desde que se baseassem, de alguma forma, nos princípios gerais (GORENDER, 1987, p. 96).

A ALN se aproximava do PCB, na noção do processo em etapas. Acreditavam que deveriam, primeiramente, livrar a nação das influências internacionais, para então depois iniciarem a revolução socialista, se afastando do imediatismo de Guevara. Outra divergência com relação ao modelo cubano, se mostrava no discurso contrário, de Marighella, com relação aos focos. Propunha um sistema de colunas guerrilheiras móveis, que se deslocariam

contando com pontos de apoio assentados de antemão. Também valorizavam a guerrilha urbana, contrariando os manuais da guerrilha cubana (GORENDER, 1987, p. 98).

A militância da ALN vinha, principalmente, de dissidências estudantis de São Paulo e profissionais de nível universitário. Teve adeptos no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, surgindo representantes, mais tarde em outros estados.

Em uma reunião nacional, feita por membros do partido do PCB, em 1967, ocorreram várias fragmentações. Os integrantes do PCB não conseguiam se definir sobre o posicionamento a ser tomado perante o golpe militar instaurado. Se aderiam, ou não, à luta armada, entre outros fatores doutrinários. Do grupo que se reunira, saíram o núcleo de fundadores do PCBR¹³, alguns participantes para o PC do B, para a ALN e a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul. Em vez de unirem forças para estabelecerem um rumo da reorganização do partido, ocorreu a dispersão em direções diversas (GORENDER, 1987, p. 101).

Em meados de abril de 1968, num sítio situado na Serra da Matiqueira, reuniu-se o grupo fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Formada por cerca de vinte e cinco pessoas, dentre eles Jacob Gorenader, a nova organização seguiria um programa, considerado muito eclético, redigido por Mário Alves (GORENDER, 1987, p. 102).

Tentavam agrupar tendências variadas, como a doutrina marxista e a luta armada. A revolução, para esse novo grupo que surgia, deveria ser uma *revolução popular*, destinada a destruir o estado burguês, e não uma revolução democrático-burguesa. Tal revolução seria dirigida pelo proletariado, em aliança com os camponeses e camadas médias empobrecidas. Pela natureza radical das transformações que propunham, abririam espaço para a revolução socialista (GORENDER, 1987, p. 103).

Quanto ao posicionamento do PCBR, em relação ao movimento revolucionário internacional, o mesmo adotou uma postura de independência e solidariedade com todos os países socialistas. Criticavam as teses pacifistas dos partidos comunistas pró-soviéticos e recusavam o foquismo e o maoísmo. Não pretendiam ser uma organização de militarismo extremo, logo, precisavam definir a relação da luta armada com os movimentos de massas, e esse era o problema principal (GORENDER, 1987, p. 103).

No ambiente da esquerda revolucionária, ao final dos anos 60, ao mencionar que estavam se preparando para a luta armada, já era razão para sofrerem acusações de pacifismo, oportunismo e capitulação. O grupo mal acabava de ser fundado, e Jover Telles, eleito membro de seu comitê central, começou a combater abertamente o PCBR, propondo que seus militantes migrassem para o PC do B, em 1968 (GORENDER, 1987, p. 104).

O PC do B, além de criticar a falta de imediatismo do PCBR, também era contra a sua falta de subordinação aos Partidos Comunistas internacionais. O PC do B, além de se subordinar ao Partido Comunista soviético, também escolheu fazer o mesmo pelo Partido Comunista chinês e ao seu líder Mao Tse-Tung. Sabemos que, historicamente, a repetição mecânica de modelos de outros países, acabou produzindo efeitos nocivos (GORENDER, 1987, p. 105).

Ao final de 1968, Mário Alves, secretário-geral do PCBR, viajou para Cuba e obteve reconhecimento do partido. Entretanto, os cubanos queriam que os militantes a serem treinados por eles, fossem encaminhados por intermédio da ALN. Ficou clara a preferência cubana pela ALN, no Brasil. O secretário voltou desanimado, ao país, ao perceber o atraso no preparo revolucionário do partido (GORENDER, 1987, p. 105).

¹³ Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (antiga sigla do PCB, com adição da palavra “revolucionário”).

O ano de 1968 marcou o ápice das lutas de massas, antes do fechamento total da ditadura militar. E o PCBR esteve muito presente nessas lutas, enquanto ALN, VPR e o COLINA se focaram em ações armadas de vanguarda (GORENDER, 1987, p. 105).

Na virada de 1964 o PC do B começou a ter aumento de seus militantes. Quando a luta armada se tornou palavra de ordem para grande parte das esquerdas, após o golpe, tal partido se valorizou por ter sido a favor dela, desde a sua criação, em 1962. Receberam ex militantes do PCB, alguns que também haviam passado pelas Ligas Camponesas, como Élio Cabral, de Goiás, e estudantes radicais (GORENDER, 1987, p. 107).

Às vésperas do golpe militar, viajou para a China uma turma de dez militantes do PC do B, para fazerem um curso político-militar. Até 1966, outras duas turmas fariam o mesmo curso (GORENDER, 1987, p. 107).

Influenciados pelo processo revolucionário chinês, estabeleceram que o cenário principal para a luta armada deveria ser o campo, onde deveriam concentrar o esforço de construção do partido. Reduzem as atividades nos meios urbanos e se desvinculam dos movimentos operários. Também abandonam completamente a possibilidade de mudanças estruturais através da via eleitoral, acreditando somente na luta armada (GORENDER, 1987, p. 108).

Entretanto, atacam o foquismo cubano, pois o consideram como percepção puramente militar da revolução, e negam a necessidade da direção da guerrilha pelo partido marxista (GORENDER, 1987, p. 108).

Identificam na região do Rio Araguaia, ao Sul do Pará, um ponto, considerado ideal, para a fixação do núcleo iniciador da guerra popular. A formação desse núcleo inicia-se em 1967, com cautela e sem pressa. Tal iniciativa foi centralizada nas mãos da Comissão Executiva do partido e mantida em sigilo dos demais integrantes, exceto do Comitê Central. Foi dessa forma que sua direção resistiu à influência das demais organizações, que focavam suas práticas nas cidades (GORENDER, 1987, p. 108).

Essa atitude dilatária do partido, provocou duas cisões no PC do B. A primeira, o Partido Comunista Revolucionário (PCR), criado em 1966. Abrange antigos militantes das Ligas Camponesas e ativistas do meio universitário. A tese desse novo grupo, é que a área principal de atuação dos revolucionários, deveria ser o nordeste, pois consistia no ponto mais agudo de contradição entre o imperialismo norte-americano e o povo brasileiro (GORENDER, 1987, p. 109)

A segunda cisão, foi o grupo que se uniu a dirigentes recém chegados de treinamentos na china. Defendiam que a luta armada deveria ser imediata, tendo data marcada para iniciar. Criado em 1967, o grupo manteve a sigla do partido, PC do B e acrescentaram e acrescentaram “Ala Vermelha”. Essa nova organização teve adeptos em São Paulo, Minas, Goiás, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Brasília e Maranhão. Teve adesão de operários e camponeses, mas, em sua maioria, membros dos meios estudantis (GORENDER, 1987, p. 110).

Logo após o golpe militar, a AP (Ação Popular), movimento surgido em 1962 formulado pela juventude católica, se sente atraída pela opção da luta armada e tem receptividade ao foquismo cubano. Paulo Wrigth e Alípio de Freitas (ex-padre católico) conseguem ir para Cuba para passar por treinamento guerrilheiro (GORENDER, 1987, p. 112).

Contrariando sua orientação foquista, da luta armada pelo campo, alguns militantes se envolveram em atentados urbanos, na tentativa de atingir a hierarquia militar da ditadura, em sua maioria sem sucesso, matando e mutilando pessoas inocentes.

Em 1968 a AP sofre um processo de luta interna, no qual ocasiona em cisões, dando origem ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Esse novo grupo começou com núcleos militantes no Nordeste, Goiás, São Paulo e Minas. Atuou no meio operário, em

fábricas e sindicatos, e à preparação de áreas rurais para futuras ações armadas (GORENDER, 1987, p.116).

E em 1971, a AP formalizou seu processo como organização marxista e se proclamou Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML). Entretanto, em janeiro de 1973, a maior parte do grupo, decide incorporar o PC do B, reconhecendo no partido uma autêntica vanguarda proletária (GORENDER, 1987, p. 117).

À questão da luta armada, se acrescentavam outros fatores, partidários e doutrinários, influências teóricas, de origem nacional e internacional, pressões de países socialistas, limitações regionais, etc. A mistura dessas variáveis explica a quantidade de surgimento de diferentes organizações de esquerda, por volta daqueles anos. Rachas, divisões, subdivisões, às vezes motivadas por rivalidades personalistas. A somatória dessas e outras variáveis, explica o surgimento de tantos grupos de esquerda, naqueles anos. O apoio das massas funcionava, na maior parte das vezes, como índice seletor deste ou daquele grupo (GORENDER, 1987, p. 79).

Enfim, ainda há muito a ser explorado no campo que permeia a luta armada das esquerdas, na Ditadura Militar de 64. Hoje, existe uma maior historiografia sobre a ditadura, inclusive sobre a luta armada. Entretanto, algumas particularidades ainda continuam às escuras, por exemplo a participação de mulheres em tais organizações. Sabemos que muitas participaram ativamente, tanto na vanguarda armada quanto na retaguarda, através de depoimentos contidos no livro *Mulheres que foram à luta armada*, de Luiz Maklouf Carvalho e no *A ditadura militar em Goiás*, coordenado por Pinheiro Salles. Sendo assim, por que existem tão poucos trabalhos relevantes a respeito? Por que o nome dessas mulheres aparece pouco na bibliografia especializada sobre as organizações de esquerda, durante a Ditadura Militar? Foi o preconceito sexista, que ainda não deixou de existir, ou o silêncio que as próprias militantes se impuseram? São as perguntas instigadoras que nos fascinam e nos estimulam a levar o trabalho adiante.

Referências Bibliográficas:

EVARISTO, D. Paulo. *Brasil: nunca mais*. 17ª edição, Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 1ª edição, São Paulo: Editora Ática, 1987.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem – da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. 1ª edição, São Paulo: Editora Xamã, 2004.

MAKLOUF, Luiz. *Mulheres que foram à luta armada*. 1ª edição, São Paulo: Editora Globo, 1998.

SALLES, Pinheiro. *A ditadura militar em Goiás – depoimentos para a história*. 1ª edição, Goiânia: Poligráfica Off-set e Digital, 2008.